

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Programa de Consumo Vigiado Móvel em Lisboa - o primeiro Programa de Consumo Vigiado do país e o único em formato móvel - nasceu em abril de 2019 através de um financiamento da CML, em parceria com o SICAD e a ARSLVT, sendo implementado pelas associações Médicos do Mundo e Grupo de Ativistas em Tratamentos (GAT). Está todos os dias no terreno, fazendo atualmente três paragens diárias (Arroios, Penha de França e Beato) e tem utentes regulares.

Presta apoio a pessoas que consomem drogas, mas tem serviços que estão abertos à comunidade, como, por exemplo, rastreios, testes rápidos ao VIH, hepatite B, hepatite C e sífilis, disponibilização de preservativos ou prestação de alguns cuidados de saúde (medição da tensão arterial, tratamento de pequenas feridas, etc.).

A função do Programa é a educação para o consumo injetado, ou seja, prestar apoio aos consumidores de drogas injetáveis com o objetivo de evitar consumos desprotegidos e sem condições de higiene. Ou seja, proporcionar condições de saúde e de higiene a quem consome drogas por via endovenosa e, ao mesmo tempo, servir de porta de entrada para um conjunto de outros serviços, seja de tratamento, seja de encaminhamento psicossocial para outras entidades de saúde e sociais.

Os consumos podem decorrer dentro da carrinha, após uma avaliação: o que é que a pessoa vai consumir, onde vai injetar e o que é que consumiu naquele dia para evitar situações de sobredosagem. Embora a função da equipa não seja pressionar as pessoas para pararem de consumir ou para irem para estruturas de tratamento, sempre que é manifestada vontade por parte dos consumidores a equipa faz todo o acompanhamento.

A unidade de consumo móvel tem tido muito boa aceitação por parte da população dos locais onde para, que percebe a importância do trabalho que desenvolve e dos riscos que menoriza, e envolve-se em várias atividades do programa.

Soubemos agora que por falta de verbas esta resposta tão necessária e importante está prestes

a encerrar. As associações, que financiaram com verbas próprias durante 2 meses o Programa para que não tivesse que parar, estão estranguladas e sem capacidade de continuar, vendo-se na obrigação de o encerrar.

O trabalho desenvolvido pela equipa que durante 3 anos esteve no terreno é avaliado positivamente quer pela CML quer pelo SICAD, mas a realidade é que deixou de haver financiamento para a sua continuação.

O financiamento da CML acabou no final do ano, tendo sido prolongado por 60 dias para que o SICAD tivesse tempo de iniciar o seu apoio financeiro a partir daí, o que não aconteceu.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento desta situação?
2. Por que razão o SICAD não acautelou nenhum tipo de apoio a este programa, tendo em conta que o mesmo já reconheceu o seu valor e importância?
3. O que justifica que Governo e SICAD não estejam a assegurar o funcionamento e desenvolvimento desta resposta?
4. Que solução tem para impedir que o Programa de Consumo Vigiado Móvel seja interrompido, com os enormes custos quer para utentes quer para a equipa que tem assegurado este importante trabalho desenvolvido há 3 anos na cidade de Lisboa?
5. O concurso que está a ser realizado terá os resultados a tempo de garantir a não interrupção do Programa?

Palácio de São Bento, 5 de maio de 2022

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)